

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: se mostrarem insuficientes para satisfação das custas e demais despesas do processo e para assegurar as restantes dívidas da massa insolvente, ao abrigo do disposto nos artigos 230.º n.º 1, alínea *d*) e 232.º n.º 2 do CIRE. Efeitos do encerramento: os previstos no artigo 233.º do CIRE.

N/Referência 3425539

30-03-2012. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Susana Carda*. — O Oficial de Justiça, *Maria Fernanda Duarte*.

305956485

TRIBUNAL DA COMARCA DO ALENTEJO LITORAL

Juízo de Média e Pequena Instância Cível de Santiago do Cacém

Anúncio n.º 8504/2012

Processo n.º 212/12.4T2STC — Insolvência pessoa singular (Apresentação)

N/Referência: 3097573

Insolvente: António José Duarte Subtil Pascoal e outra.
Credor: Banco BANIF Mais, S. A., e outro(s).

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima indicados

Na Comarca do Alentejo Litoral, Santiago do Cacém — Juízo Média e Pequena Instância Cível de Santiago do Cacém, no dia 14-03-2012, 18:00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedores:

António José Duarte Subtil Pascoal, Vendedor (Ambulante, Ao Domicílio ou Por Telefone), estado civil: Casado, nascido em 30-11-1970, freguesia de Castelo [Sesimbra], nacional de Portugal, NIF 196741645, BI 9628562, Segurança social 110775168026, Endereço: Rua 32, N.º 53, Ermidas do Sado, 7565-213 Ermidas do Sado.

Sofia Maria da Encarnação Cabrita Maximiano Pascoal, estado civil: Casado, nascida em 31-01-1969, NIF 183544587, BI 8534883, Endereço: Rua 32, N.º 53, 7565-213 Ermidas do Sado com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respetivo domicílio:

Dr. J. A. Pires Navalho, NIF 138096660 Endereço: Rua Dr. Manuel Pacheco Nobre, 73, Rés-do-chão Direito, 2830-080 Barreiro.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com caráter pleno (alínea *i* do artigo 36.º do CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objeto da garantia e respetivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 25-05-2012, pelas 13:30 horas, para a realização da assembleia de apreciação do relatório a que alude o artigo 156.º do Código da Insolvência e Recuperação de Empresas, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

A Assembleia destinar-se-á a proceder à audição dos credores e do Sr. Administrador de Insolvência quanto ao requerimento de exoneração do passivo restante.

Não sendo deferido tal pedido, e caso seja proposto pelo Sr. Administrador de Insolvência o encerramento do processo por insuficiência da massa, a Assembleia destinar-se-á ainda a proceder à audição da devedora e dos credores quanto a tal proposta.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

16 de março de 2012. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Milene Bolas Prudente*. — O Oficial de Justiça, *Eugénia Fernandes*.

305882142

Anúncio n.º 8505/2012

Processo n.º 229/12.9T2STC — Insolvência pessoa singular (Apresentação)

Insolvente: Carla Soraia Miranda Costa Silva e outros(s)

Credor: Fga Capital — Instituição Financeira de Crédito, S. A. e outro(s)

Na Comarca do Alentejo Litoral, Santiago do Cacém — Juízo Média e Peq. Inst. Cível de Santiago do Cacém, no dia 23-03-2012, pelas dezassete horas e vinte minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência dos devedores:

Carla Soraia Miranda Costa Silva, nascida em 06-06-1972, NIF 207644934, BI 10383069, Endereço: Rua da Vaga do Mar Lt 93 B, 7500-016 Vila Nova de Santo André

Eduardo Carlos Ferreira da Luz, nascido em 30-07-1973, NIF 186071566, BI 10151332, Endereço: Rua da Vaga do Mar, Lote 93-B, 7500-016 Vila Nova de Santo André, com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respetivo domicílio.

Ruben Freitas SAI, Unipessoal, L.^{da}, Endereço: Rua dos Aranhas, n.º 5 — 1.º Andar — Sala D, São Pedro, 9000-044 Funchal

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com caráter pleno (alínea *i* do artigo 36.º — CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objeto da garantia e respetivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 08-06-2012, pelas 13:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

A Assembleia destinar-se-á a proceder à audição dos credores e do Sr. Administrador de Insolvência quanto ao requerimento de exoneração do passivo restante.

Não sendo deferido tal pedido, e caso seja proposto pelo Sr. Administrador de Insolvência o encerramento do processo por insuficiência da massa, a Assembleia destinar-se-á a proceder à audição do devedor e dos credores quanto a tal proposta.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

27-03-2012. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Milene Bolas Prudente*. — O Oficial de Justiça, *Fátima Ramos*.

305922975

Anúncio n.º 8506/2012

Processo n.º 723/11.9T2STC — Insolvência pessoa singular (Apresentação)

N/Referência: 3137826

Insolvente: Augusto Lopes dos Santos e outro(s).

Credor: Banco BPI, S. A., Sociedade Aberta e outro(s).

Despacho Inicial Incidente de Exoneração Passivo Restante e Nomeação de Fiduciário nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Augusto Lopes dos Santos, nascido em 20-12-1974, natural de Angola, nacional de Angola, NIF 216881676, Autorização de residência 33440, Endereço: Rua das Especiarias da Índia, N.º 6, 2.º B, 7520-314 Sines.

Susana Isabel Magalhães Félix Santos, nascido em 09-08-1980, freguesia de Alvalade [Santiago do Cacém], NIF 224769790, BI 11827721, Endereço: Rua das Especiarias da Índia, N.º 6, 2.º B, 7520-314 Sines.

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi proferido despacho inicial no incidente de exoneração do passivo restante, e determinado que:

Durante os cinco anos subsequentes ao encerramento do processo de insolvência o rendimento disponível que se considera cedido ao fiduciário;

Designa-se para desempenhar as funções de fiduciário o Administrador de Insolvência ora em funções, Jorge Fialho Faustino, Endereço: Rua da Capela, 14, Benedita, 2475-109 Benedita;

Integram o rendimento disponível todos os rendimentos que advenham a qualquer título para os devedores com exclusão:

a) Dos créditos a que se refere o artigo 115.º cedidos a terceiro, pelo período em que a cessão se mantenha eficaz;

b) Do montante de € 1000, que, em face da composição do agregado familiar e as necessidades a este inerentes, se considera razoavelmente necessário atentos os critérios previstos no artigo 239.º, n.º 3 al. b):

Impendem sobre os requerentes, e durante o período da cessão, as obrigações previstas no n.º 4 do citado artigo 239.º, a saber:

Não ocultar ou dissimular quaisquer rendimentos que aufera, por qualquer título, e a informar o tribunal e o fiduciário sobre os seus rendimentos e património na forma e no prazo em que isso lhe seja requisitado;

Exercer uma profissão remunerada, não a abandonando sem motivo legítimo, e a procurar diligentemente tal profissão quando desempregado, não recusando desrazoavelmente algum emprego para que seja apto;

Entregar imediatamente ao fiduciário, quando por si recebida, a parte dos seus rendimentos objeto de cessão;

Informar o tribunal e o fiduciário de qualquer mudança de domicílio ou de condições de emprego, no prazo de 10 dias após a respetiva ocorrência, bem como, quando solicitado e dentro de igual prazo, sobre as diligências realizadas para a obtenção de emprego;

Não fazer quaisquer pagamentos aos credores da insolvência a não ser através do fiduciário e a não criar qualquer vantagem especial para algum desses credores.

3 de abril de 2012. — O Juiz de Direito, *Dr. Pedro Cláudio Oliveira Rodrigues dos Santos*. — O Oficial de Justiça, *Fátima Ramos*.

305949146

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ALMADA

Anúncio n.º 8507/2012

Processo: 782/12.7TBALM Insolvência pessoa singular (Apresentação)

Insolvente: Ana Cristina Pires de Almeida

Credor: Arrow Global Limited e outro(s)

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de insolvência acima identificados

No Tribunal de Comarca e de Família e Menores de Almada, 1.º Juízo Competência Cível de Almada, no dia 16-02-2012, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Ana Cristina Pires de Almeida, estado civil: Divorciado, NIF — 180829360, BI — 6937712, Endereço: Rua de São Macário, N.º 744 — 4.º Esq.º, Lazarim, 2825-159 Caparica com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respetivo domicílio:

Dr.ª Cintia Maria Quitéria Fernandes, Endereço: Praça Dr. Fernando Amado, Lote 572 — 7.º C, Lisboa, 1900-666 Lisboa.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objeto da garantia e respetivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 17-05-2012, pelas 09:15 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.